



COMUNICAÇÃO, CONSUMO E ÉTICA: apropriações cambiantes da subcultura hacker no Anonymous Brasil.¹

André Senna²

PPGCOM ESPM

Resumo

A configuração das subjetividades individuais e coletivas na sociedade de consumo viria a reformular as noções de cultura na civilização ocidental. Destas reformulações, destacamos neste artigo a da subcultura *hacker*, a qual formou comunidades mestres na arte da programação e da codificação em defesa da liberdade. Deste cenário surge o Anonymous, movimento net-ativista que apropria-se de algumas das técnicas *hacker* para objetivos mais ambiciosos: liberdade civil dos sujeitos na democracia ocidental. Este artigo estuda os discursos do Anonymous Brasil, mais precisamente suas posições contra o Marco Civil da Internet, para sugerir que o movimento navega entre noções ambivalentes da ética e da moral para a defesa da liberdade – mesmo que seus domínios sobre liberdade ainda estejam em amadurecimento.

Palavras-chave: Anonymous; consumo; modernidade; ética; *hacker*.

INTRODUÇÃO.

O presente artigo tem como objeto de análise a constituição do sujeito Anonymous Brasil e seus papéis políticos na sociedade. O Anonymous é um movimento ativista surgido nos anos 2000, sob os valores da modernidade e motivado pela defesa de liberdades civis na internet: liberdade de expressão, livre compartilhamento de arquivos e defesa da privacidade. (COLEMAN, 2012)

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho Comunicação, Consumo e Institucionalidades, do 5º Encontro de GTs - Comunicon, realizado nos dias 5, 6 e 7 de outubro de 2015.

² Mestrando bolsista do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Comunicação e Práticas de Consumo da Escola Superior de Propaganda e Marketing de São Paulo (PPGCOM ESPM). E-mail: andre.senna@espm.br.



O coletivo reivindica tais ideais por meio de ciberataques direcionados às instituições que abusam de tais liberdades – valor herdado da cultura dos *hackers* que os antecederam (THOMAS, 2002). Para entender quais papéis políticos o Anonymous representa no Brasil, é necessário contextualizar a configuração da sociedade moderna e da cultura que concebeu o movimento. Será essa a nossa ambição nas linhas a seguir.

O HOMEM NA IMAGEM MODERNA: produção, consumo, subjetividade.

Como é estruturada a sociedade moderna? Berman (1986) resume: um mundo onde reina a “perversão”, de sujeitos transformáveis e influenciados por um novo elemento divino: o capital; carente de tradição e dissolvido na cultura de um progresso incessante e inalienável. Berman resgata a célebre frase de Marx em sua obra para sintetizar esse *modus operandi*: tudo que é sólido desmancha no ar. Os atores dessa reprodução, os burgueses, desprendem-se das amarras tradicionais nobres e religiosas em nome do progresso: desenvolvimento tecnológico-científico e o acúmulo de riquezas são as novas normas para adaptação (*idem*).

Tal advento social trouxe a emancipação do homem diante das estruturas tradicionais que empecilhavam o progresso. Ao necessitar, porém, de uma força trabalho centrada no capital e no consumo, a modernidade pouco contribuiu para o combate às desigualdades e à valorização do sujeito social (MATOS, 2009).

Segundo Illouz (2011), a sistematização da vida afetiva e das emoções emoldurou adaptações da subjetividade humana no relacionamento com o eu. Os sujeitos dessa sociedade, como gestores, produtores, atores e ativistas dedicaram seus esforços para assimilar os mandamentos do capital como um guia para suas decisões e valores.

O indivíduo torna-se parte da máquina para se ver representado no mundo (LAZZARATO, 2014) – consente de que é mais livre para observar, e alimenta um fascínio pelo aparato técnico. As novas formas de se entender o mundo pautam tanto o imaginário do progresso quanto o sistema capitalista em si (BENJAMIN, 1985).



O sistema de tomada de decisões e valores – partes integrantes do estilo de vida de membros de grupos sociais - é concebido como Hall e outros autores (1993) como a principal definição de cultura. Este mapa de significados é “a maneira com que grupos sociais desenvolvem padrões de vida distintos, e dão formas expressivas às suas experiências de vida, em nível social e material” (p. 9).

Tal sistema de troca social na era do capitalismo e do consumo reformularam as noções de cultura na modernidade. Argumenta Sassatelli (2007) que a cultura de consumo reproduz novos significados que estruturam as relações sociais. O consumo, neste ponto, manifesta-se em diversos espaços e momentos, cenário que confirmam a diversidade permitida pelo ato de consumir. Tudo se torna passível de consumo na sociedade moderna: imagens, símbolos e bens – estes que permitem aos sujeitos refletir sobre a sua própria identidade e papéis sociais (CANCLINI, 1995; BACCEGA, 2010).

A subjetividade torna-se sujeita às regras do capital e do consumo, influenciando os padrões de comportamento. Certos símbolos passam a ser exaltados como modelo de conduta na modernidade, em espaços como o cinema e o jornal (MORIN, 1997). Essa cultura de massa, como concebida também denuncia os males da natureza humana e da sociedade construída por ela, representando um espaço de reflexão e resistência (HANSEN, 2001).

Não obstante, o caráter diversificado desta cultura culmina, segundo Beck (2011) em uma ruptura gradual dos preceitos da indústria em uma sociedade do risco – a qual passa a questionar os valores moldados pela modernidade. Aqui, os riscos sociais, políticos, econômicos e industriais tomam proporções maiores ao escapar da alçada das instituições de controle e proteção da sociedade industrial.

Com efeito, o processo de modernização volta-se para si mesmo como tema e problema através da reflexividade. Em linhas gerais, a sociedade de risco é a resposta da modernidade aos problemas da própria modernidade (BECK, 2011). É sob tais ideologias, e também sob as denúncias feitas a elas, subculturas derivam-se deste imaginário.



SUBCULTURAS: a constituição do sujeito *hacker*.

As sociedades contemporâneas constituem as subculturas, definidas por Hall e outros autores (1993, p. 12) como derivações da cultura principal: próximas (em regras de convivência e repertório educacional, por exemplo), porém distintas em formato e atividade (a partir da recusa do estilo de vida da classe média). A subcultura, por natureza e definição um manifesto boêmio, marginal e urbano, é ao mesmo tempo uma negação e um aceite da modernidade.

Subculturas compartilham causas (HALL et al, 1993). Ao analisarmos o *hacker* como constituinte de uma subcultura, vemos limites claros sobre participação, atividades, causas e territórios – centrados na defesa da liberdade (THOMAS, 2002).

Hackers coexistem na cultura moderna desde a década de 1960, nos laboratórios de universidades como MIT, Cornell e Harvard. Era aceito que qualquer pessoa se encontrava no direito (e no dever) de mexer em qualquer aspecto de uma máquina que pudesse ser melhorado (LEGG, 2007). Em 1970, *hackers* manipulavam de redes de telefonia e softwares (softwares) protegidos por leis de propriedade intelectual. Nasce desta geração de *hackers* empreendedores famosos na tecnologia, como Steve Jobs e Bill Gates (THOMAS, 2002).

A complexificação dos softwares e das redes de comunicação analógica culminou com a exploração das redes de computação nas décadas de 1980 e 1990 (COLEMAN, 2014) – uma das gerações mais emblemáticas dos *hackers*. Nos anos 80, o filme Jogos de Guerra (1983) protagonizou um rapaz que invadiu por acidente um computador do FBI e quase começou a Terceira Guerra Mundial. Em 1995, no filme *Hackers*, jovens programadores redimiram-se de suas desventuras ao impedir uma ameaça global de ciberterrorismo. Os episódios citados foram o pontapé inicial para o consentimento da sociedade sobre a existência dos hackers e a construção de um senso comum sobre o seu comportamento destrutivo (THOMAS, 2002)

O estereótipo dado aos hackers e a proteção cada vez mais intensa de serviços digitais levou a uma politização da comunidade (THOMAS, 2002). Tal politização também culminou em uma divisão motivada entre os que *hackeavam* apenas sob



consentimento e para melhorar a experiência em rede versus os que acreditavam no peso político do roubo de informações (idem).

Tal histórico molda o aspecto do *hacker* ocidental. Coleman (2013) afirma que hackers tendem a promover liberdades civis libertarianas, como a liberdade de expressão e o livre acesso a informação; pleno domínio técnicas de programação e uma mistura de bom humor com vontade de mudar o mundo. Complementa a autora:

Enquanto muitos desses *hackers* underground adquiriram e distribuíram conhecimento técnico, por exemplo, ao identificar falhas de segurança, eles também procuravam pelos frutos proibidos, suas ações incluíam zombaria, espetáculo e transgressão. (COLEMAN, 2014, p. 3)³.

A constituição subjetiva do *hacker* complementa-se numa noção masculinizada dada a ele. A “cultura dos garotos”, como definida por Thomas (2002), tem uma série de valores e ideais aplicados à subcultura *hacker*. São os principais: noção de maestria (conhecimento obsessivo pelas técnicas de programação e codificação) e competitividade (brincadeiras e hostilidades para formação de laços afetivos).

Define-se o arquétipo: um *hacker* referência é aquele capaz de subjugar tanto um sistema quanto um colega *hacker*, misturando “desejo pela maestria com tensões entre autonomia e autoridade” (THOMAS, 2002, p. xvi). O estereótipo deste *hacker*, predominantemente um jovem branco de classe média, viu no computador pessoal uma ferramenta para testar e reforçar laços a partir do caos (idem, p. xvii).

Desta forma inferimos que a comunidade *hacker* trata-se mais de um fenômeno cultural do que tecnológico; a própria tecnologia pode ser configurada como um fenômeno social (LEGG, 2007). Inserida na vida social da modernidade, os *hackers* são carregados de humanidade da mesma forma que as demais manifestações culturais. Em um extremo, rejeita o mundano da cultura *mainstream*, no outro é completamente dependente dela ao aproveitar-se das limitações da mesma.

Entendemos neste artigo, tendo em mente as colocações acima, a subcultura

³ Tradução livre do autor.



hacker como uma derivação da cibercultura. Surge na rede de computação uma cultura de participação, onde Shirky (2010) pondera que os usuários conquistam domínio sobre a forma de produzir conteúdo num conjunto de valores de união compartilhados e uma noção cívica tangível. A subcultura *hacker* apropria-se dos valores da participação colaborativa da cibercultura - em contraste, trafega ambivalentemente entre ideais construtivistas e destrutivas de sua cultura-mãe.

Podemos inferir, portanto, que a subcultura *hacker* compartilha um *ethos* em comum: a figura do *hacker* talentoso, competitivo e libertador dos vícios da modernidade centra o conjunto de crenças e valores da comunidade. Sob tais valores, é possível configurar uma ética à comunidade carregada ao longo das gerações *hacker*.

CODIFICAÇÃO DA LIBERDADE: ética *hacker*.

A fragmentação de sentidos e subjetividades ocasionados pela vida moderna (MAIA, 2014) religam a ética a uma sociedade incerta, contingente e fugaz (PERES-NETO, 2014). A relação de dualidades (aceitação e rejeição) que a sociedade moderna tem com seus discursos leva a crer que ética adquira uma nova importância e vivacidade para o mundo contemporâneo (BARROS FILHO, 2004).

Assim como os demais cidadãos, a comunidade *hacker* possui consciência da importância da ética (COLEMAN, 2013), mesmo que ela, assim como os cidadãos em geral, tenha dificuldades em definir claramente o que é ética (VALLS, 1994).

O domínio diluído sobre a ética tem dois motivos. Um, há uma vasta diversidade de escolas, teorias e modelos éticos que refletiram sobre a moral humana ao longo dos séculos (PERES-NETO, 2014). Dois, talvez por consequência de um, *hackers* estão em constante debate sobre o que é ser *hacker* e qual o seu papel como sujeito na sociedade (COLEMAN, 2013).

Relembremos que a cultura *hacker* tende a valorizar ideais de liberdade civil na internet (COLEMAN, 2014). A comunidade crava por tal liberdade no exercício da livre expressão e intervenção mínima do estado na gestão de informações (COLEMAN, 2013). Vemos aqui a defesa de uma democracia participativa; onde os *hackers*



assentam-se sobre uma premissa ética neoutilitarista⁴, ou seja, a crença de que “indivíduo é considerado o melhor juiz de seus interesses e para determinar as utilidades” (QUINTANA, 2014, p. 208). Neste ideal ético-cultural é moldado o exercício ativista consagrado pelo Anonymous, o qual contextualizaremos a seguir.

CIDADÃOS DO MUNDO, NÓS SOMOS ANONYMOUS.

O Anonymous, surgido dentro do 4chan, (um dos primeiros fóruns de conteúdo colaborativo na internet), é um movimento distante de uma definição clara; conforme argumenta Coleman (2012, p. 83). Aprofunda a autora:

[...] Um agrupamento de ideias e ideais adotados por essas pessoas e centrado no conceito do anonimato; uma bandeira para ações dentro e fora da rede, que vão desde trotes triviais, porém amedrontadores, até suporte tecnológico aos revolucionários da região árabe. Certas destas ações são pacíficas e legalizadas; outras são destrutivas e ilícitas, que navegam em uma área cinza da lei e da moral. O Anonymous atua por causas políticas, mas também por puro divertimento. (COLEMAN, 2012, p. 83)⁵.

A vivência paradoxal do Anonymous inspira-se na mescla entre a crueldade humorística do site que o concebeu e os ideais aclamados pela cultura *hacker* natureza de dualidades e paradoxos do Anonymous centra-se em uma mescla entre a crueldade humorística típica do site que o concebeu⁶ e os ideais aclamados pela cultura *hacker*. Nessa navegação florescem as iniciativas do Anonymous. Entre os exemplos de ataque do Anonymous, destacamos:

⁴ Neoutilitarismo parte da concepção de ética utilitarista, considerada em linhas gerais como a conduta que garanta “felicidade para o maior número” (QUINTANA, 2014, p. 170). Sobram críticas sobre tal preceito ético. Em primeiro lugar, o utilitarismo depende de um cálculo racional sobre o que acarretará em maior felicidade, e abdica das margens emocionais do comportamento humano (PERES-NETO, 2015) e vulnerabiliza os direitos dos indivíduos (QUINTANA, *ibidem*). O neoutilitarismo bebe na fonte do humanismo kantiano, onde a liberdade e os bons costumes precedem a felicidade para a vida virtuosa; “um bem que é bom em si, de todos e cada um: a liberdade individual” (*ibidem*).

⁵ Tradução livre do autor.

⁶ O 4chan não exige cadastro para participação, função que permite a seus participantes interagirem livremente entre si de forma anônima. Todo usuário, no site, classifica-se “Anonymous”; como o próprio site indica, “‘Anonymous’ não se trata de uma pessoa, mas uma representação de um coletivo de usuários” (4CHAN, 2014).



[...] sucessivos e não pagos pedidos de pizza para a casa de determinada pessoa-alvo; trotes telefônicos; vazamento de informações pessoais, frequentemente comprometedoras; ações de negação de serviço (DDoS), tirando sites do ar; ameaças não cumpridas de bomba etc. (MACHADO, 2013, p. 72).

Suas primeiras manifestações de ativismo político surgiram em 2008 no episódio do *Project Chanology*⁷ (primeira manifestação ao vivo assinada pelo Anonymous, contra a Igreja da Cientologia) e em 2010 com a *Operation Payback*⁸ (primeira operação motivada em protesto ao constrangimento da liberdade de expressão e do livre compartilhamento de arquivos). Todas as iniciativas do movimento foram pauta de ampla discussão por especialistas na imprensa da tecnologia e da política (COLEMAN, 2012, p. 84).

No Brasil, o Anonymous faz operações desde a época que o coletivo expandiu-se para o mundo depois de 2010 (MACHADO, 2013); se tornaram conhecidos principalmente no decorrer das manifestações de junho de 2013, em que o Anonymous, aliado a demais ativistas, reivindicou reformas políticas, econômicas e sociais ao poder estabelecido (PERUZZO, 2013).

Atualmente, discutem sobre o Marco Civil da Internet, projeto de regulamentação da Internet criado pelos parlamentares de Brasília, em conjunto com especialistas digitais, com o objetivo de regulamentar o ciberespaço (SEGURADO, 2011). O debate sobre a regulamentação da internet, dada a importância na cibercultura, foi aprovado em 2014, mas continua suscitando polêmicas que envolvem diversos atores políticos (SEGURADO *et al*; 2013).

⁷ O protesto é contra a Igreja da Cientologia, em 2008, motivado pela intimação judicial enviada pela instituição a diversos veículos de mídia. Os veículos circularam um vídeo interno dos cientólogos: nele, o ator Tom Cruise pregava os ideais da religião. A ação da Igreja motivou a ira dos usuários da internet pelo seu caráter de censura (OLSON, 2012, p. 63-65).

⁸ Em 2010, usuários Anonymous souberam da existência de empresas contratadas pelas indústrias fonográficas e audiovisuais para lançar ciberataques a sites de livre compartilhamento de arquivos, como o *The Pirate Bay* e o *KickAss Torrents*.



A discussão sobre o Marco Civil é controversa pelas dúvidas que a sua aplicação traz sobre a disseminação de informações na internet. Há, por um lado, a necessidade da aplicação lei para a preservação da privacidade na cibercultura (PERES-NETO, 2015), em um contexto tomado por escândalos de *revenge porn*⁹ no Brasil e as denúncias de Edward Snowden¹⁰.

Por outro lado, o braço brasileiro do Anonymous posiciona-se firmemente contra o projeto justamente pelo receio do comprometimento da privacidade. Uma análise interpretativa sobre tal manifesto nos ajudará tanto a entender os argumentos contra o Marco Civil quanto identificar um modelo ético inerente ao Anonymous Brasil.

OPERAÇÃO #STOPMARCOCIVIL: uma análise interpretativa.¹¹

Em outubro de 2014, os Anonymous do Brasil publicaram um manifesto contra o Marco Civil, iniciado da seguinte maneira:

Saudações cidadãos do mundo, caros usuários de internet, nós somos Anonymous! [...] Este pode ser um dos mais importantes vídeos da história da internet no Brasil, pois ele mostra que os políticos brasileiros aprovaram uma lei que torna todos websites em espões do governo. E agora pedimos a sua ajuda para que esta lei seja interrompida.

A constatação inicial do discurso nos permite contextualizar a manifestação sócio historicamente. O Marco Civil foi criado para evitar a investida das operadoras de infraestrutura digital (MONCAU, 2014) e para a proteção dos dados privados dos

⁹ “Pornô de vingança”, na tradução literal, é o ato de expor na internet fotos e/ou vídeos íntimos de uma pessoa sem seu consentimento. É geralmente associado à vingança por términos de relacionamento. Em 2015, o deputado federal Romário apresentou um projeto para punir a prática. O projeto está disponível em <<http://www.votenaweb.com.br/projetos/plc-6630-2013>>. Acesso em 06/07/2015.

¹⁰ Edward Snowden denunciou para a imprensa americana um esquema de espionagem digital promovido pelos EUA. Além de cidadãos, tiveram a privacidade comprometida líderes globais como Angela Merkel, David Cameron e Dilma Rousseff (GREENWALD et al, 2013).

¹¹ Texto completo em <<http://www.anonymousbr4sil.net/2014/10/govbr-x-internet-message-to-world-save.html>>. Acesso em 06/07/2015.



usuários (PERES-NETO, 2015). No tocante à proteção da privacidade, a lei prevê que os provedores só possuem autorização para excluir dados mediante ordem judicial, sendo obrigados a armazená-los em seis meses ou mais. O protesto do Anonymous Brasil se dá na falta de liberdade dos provedores sobre seus dados.

Quando o governo é ameaçado com a perda de poder ou controle, eles usam todos os meios necessários para assegurar que o ponto de vista da opinião pública os apoie, ao invés das evidências que tem vindo à tona. Estes são métodos comuns usados contra todas as pessoas que já revelaram a verdade contra o Estado. Nós sabemos que é simplesmente imoral e antiético monitorar todos no Brasil, assumindo que todos devem ser culpados de alguma coisa. Empresas como o Facebook, Google e Twitter apoiaram o Marco Civil no Brasil, isto significa que uma grande quantidade da internet como a conhecemos está sob inspeção. O direito à privacidade foi violado.

A constatação do discurso indica certas contradições. O Marco Civil preza justamente o fim do monitoramento antiético e a neutralidade de rede (PERES-NETO, 2015), porém, o movimento posiciona-se contra o projeto por dois entendimentos. Um, a regulação do Estado sobre os direitos viola seus princípios liberais (COLEMAN, 2013); dois, gigantes da internet como Google e Facebook posicionam-se a favor da lei.

Sob tal ponto de vista, o Anonymous Brasil defende a legitimação da privacidade, desde que não haja ninguém para legitimá-la. Sob o argumento de que criminosos podem transgredir a ordem sem deixar rastros, discordam que estes mesmos criminosos não infringem a lei quando invadem a privacidade de um indivíduo. O discurso continua sob argumentos similares, e encerra-se sob um manifesto usado em todos os vídeos.

Anonymous não tem líder, nem classificação e nem meios exclusivos de comunicação, estamos espalhados em várias mídias e linguagens. Nós convidamos você a ser Anonymous! Nós somos a voz dos sem voz! Somos muitos e estamos em todos os lugares! Todos queremos mudanças! Nós somos Anonymous! Nós não perdoamos! Nós não esquecemos! Nos aguardem!



O discurso contra o Marco Civil da Internet comprova a natureza de dualidades do movimento. Assim como seus antecedentes da cultura *hacker*, a liberdade deve ser defendida a todos os custos (THOMAS, 2002; COLEMAN, 2013). A isso Cortina (2010) denuncia como a desracionalização da moral – uma moral emotivista (p. 99). No caso do Anonymous, podemos afirmar que o valor da liberdade dilui-se na ausência de reflexão sobre as consequências de seus manifestos.

Em linhas gerais, os Anonymous não encontram consequências negativas sobre seus atos se eles acreditam que o ideal da liberdade foi preservado. Pautada pela “moral dos deveres, não das virtudes” (CORTINA, 2010, p. 116), o Anonymous Brasil luta pela liberdade dos cidadãos sem saber exatamente o que liberdade significa.

À GUIA DE CONCLUSÃO: relações de ambivalência sobre liberdade civil.

Na primeira parte deste artigo, analisamos a constituição dos sujeitos na modernidade, seus modelos de virtude e seus próprios questionamentos quanto a sua configuração. Este cenário culminou com diversas derivações dos modelos culturais modernos, os quais definimos como subculturas.

Na segunda parte, destacamos a subcultura *hacker*. Trata-se de uma comunidade antes julgada pela sociedade por sua estranheza e desordem, porém muito competente em domar as artes da codificação para promover mudanças na forma que os indivíduos relacionam-se com a informação e a liberdade. Ao seguirem uma ética neoutilitarista de domínio pela razão, os *hackers* consolidaram um espaço de luta pelas liberdades civis.

Nos parágrafos seguintes, narramos o surgimento do Anonymous no centro das manifestações net-ativistas, surgido em um site de humor controverso. Em um frenesi de ideologias, analisamos que o Anonymous trafega entre noções individualistas e coletivistas, subversivas e cooperativas, etc.

Tal apropriação ambivalente foi confirmada em um estudo interpretativo sobre o discurso do Anonymous Brasil contra o Marco Civil da Internet. Se por um lado o



movimento mantém o discurso de liberdade herdado de seus pares ao redor do mundo, por outro mostra que as suas noções de liberdade ainda estão em processo de amadurecimento.

Ambíguo em seus valores e apropriações – o Anonymous é um reflexo da sociedade moderna em si. Pauta-se por um código moral emotivista, sem se importar com a consequência de seus atos desde que seu código ético neoutilitarista (dominar a sociedade e a liberdade por meio da razão) seja respeitado. Coleman (2010) afirma que essa sociedade moderna vive em tempos de ética sem moral. O Anonymous Brasil parece seguir tendência similar, e uma reflexão tanto ética quanto moral é necessária ao movimento. Finalizamos com Coleman (2012, p. 95):

O efeito duradouro Anonymous pode ter muito a ver com a facilitação práticas sociais de sociabilidade – dada a divisão ideológica entre individualismo e coletividade [...]. Essa é a natureza da ameaçada emplacada pelo Anonymous – e é adequadamente simbolizada pela máscara Guy Fawkes: [...] usado por uma série de quadrinhos distópica e depois por um filme de Hollywood como terrorismo anárquico e hoje transformado em um ícone de resistência: tudo e nada ao mesmo tempo.¹²

Referências

4CHAN.ORG. *Who is Anonymous?* In: FAQ. Acesso em 06/07/2015. Disponível em: <http://www.4chan.org/faq>

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Bauru: Edipro, 2007.

BACCEGA, Maria Aparecida. **Comunicação/educação: relações com o consumo. Importância para a construção da cidadania.** In: Comunicação mídia e consumo (online), v. 7, nº 19, julho/2010, p. 49-65. Acesso em 06/06/2015. Disponível em: revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/download/194/192

BARROS FILHO, Clóvis. “Anulação do desejo na moral da transparência. Um ensaio sobre ética nas relações públicas”. *Comunicação Mídia Consumo*, Vol. 1, No. 1, p.100-116, maio 2004.

¹² Tradução livre do autor.



BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Schwarz, 1986.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Ed. 34, 2011.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CANCLINI, Nestor Garcia. **O consumo serve para pensar**. In: Consumidores e cidadãos - conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

COLEMAN, E. Gabriella. **Our Weirdness is free**. Triple Canopy (online). Publicado em 13/05/2012. Acesso em 06/07/2015. Disponível em: http://www.canopycanopycanopy.com/contents/our_weirdness_is_free

COLEMAN, E. Gabriella. **Hackers**. The Johns Hopkins Encyclopedia of Digital Textuality. Acesso em 09/06/2015. Disponível em: <http://gabriellacoleman.org/wp-content/uploads/2013/04/Coleman-Hacker-John-Hopkins-2013-Final.pdf>

COLEMAN, E. Gabriella. *Coding Freedom: the ethics and aesthetics of hacking*. Princeton: Princeton University Press, 2013.

CORTINA, Adela. **Ética sem moral**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

CRARY, Jonathan. **Técnicas do observador: visão e modernidade no século XIX**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

GREENWALD, Glenn. MacAskill, Ewen. Poitras, Laura. **“Edward Snowden: the whistleblower behind the NSA surveillance revelations**. In: The Guardian. Londres, 11 de junho de 2013.

HALL, Stuart. CLARKE, John; JEFFERSON, Tony. ROBERTS, Brian. **Subcultures, culture and class: a theoretical review**. In: HALL, Stuart; CLARKE, John. Resistances Through Rituals: Youth Cultures in Post-War Britain. 8. ed. Londres: Routledge, 1993.

HANSEN, Miriam B. **Estados Unidos, Paris, Alpes: Kracauer (e Benjamin) sobre o cinema e a modernidade**. In: CHARNEY, Leo; SCHWARTZ, Vanessa (orgs). **O cinema e a invenção da vida moderna**. São Paulo: Cosac Naify, 2001.

ILLOUZ, Eva. **O amor nos tempos do capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto (Editoria PUCRJ), 2006

LAZZARATO, Maurizio. **Signos, máquinas, subjetividades**. São Paulo: Ed. SESC/ n-1 edições, 2014



LEGG, Cathy. Hacking? The performance of technology? In: Virginia Tech (online), v. 11, nº 1, 2007. Acesso em 06/07/2015. Disponível em <http://scholar.lib.vt.edu/ejournals/SPT/v9n2/legg.html>

MACHADO, Murilo Bansi. **Por dentro dos Anonymous Brasil: poder e resistência na sociedade de controle.** 14/05/2013. 120 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do ABC. Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais, Santo André, 2013. Acesso em 06/07/2015. Disponível em http://biblioteca.ufabc.edu.br/index.php?codigo_sophia=47818.

MAIA, Rousiley. **Representação política de atores cívicos na esfera pública.** In: SOUSA, Mauro Wilton de; CORRÊA, Elizabeth Saad. *Mutações no espaço público contemporâneo.* São Paulo: Paulus, 2014

MATOS, Olgária. **Benjaminianas.** São Paulo: Editora UNESP, 2009

MORIN, Edgar. **O cinema ou o homem imaginário.** Lisboa: Relógio d'Água, 1997.

MONCAU, Luiz Fernando Marrey. **8 perguntas sobre o marco civil da internet que você tinha vergonha de fazer.** In: Gizmodo Brasil (online). Acesso em 06/07/2015. Disponível em: <http://gizmodo.uol.com.br/8-perguntas-sobre-o-marco-civil-da-internet/>

OLSON, Parmy. ***We Are Anonymous: Inside the hacker world of LulzSec, Anonymous, and the Global Cyber Insurgency.*** Hachette Digital, Inc. (online), 2012. Acesso em 06/07/2015. Disponível em: http://books.google.com.br/books?id=ncGVPT0ZPHcC&redir_esc=y

PERUZZO, Cicília. **Movimentos sociais, redes virtuais e mídia alternativa no junho em que “o gigante acordou”.** In: MATRIZES, v. 7, nº 2, julho-dezembro/2013.

PERES-NETO, Luiz. **Ética, comunicação em contextos organizacionais e consumo consciente.** In: Animus (online), v. 12, nº 24, 2013, p. 24-44. Acesso em 05/07/2015. Disponível em: <http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/animus/article/view/10722/pdf>

PERES-NETO, Luiz. In: ENCONTRO NACIONAL COMPÓS, 24. 2015, Brasília. **Ética, comunicação e consumo: apontamentos a partir do estudo da privacidade.** (anais eletrônicos). Brasília: COMPÓS, 2015. Acesso em 05/07/2015. Disponível em: http://www.compos.org.br/biblioteca/compos-2015-514aa48d-0e6d-4b2d-9fda-c01118140487_2810.pdf

QUINTANA, Fernando. **Ética e política: da antiguidade clássica à contemporaneidade.** São Paulo: Atlas, 2014.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Exposições Universais: espetáculos da modernidade do século XIX.** São Paulo: Editora Hucitec, 1997.



SEGURADO, Rosemary. **O marco civil da internet e a regulamentação do ciberespaço.** In: Revista USP (online), nº 90, p. 42-57, junho-agosto/2011. Acesso em 09/06/2015. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/34011/68082>

SEGURADO, Rosemary; AMENI, C.S.; MANDU, LIMA, C.S. **Regulamentação da internet: perspectiva comparada Brasil, Chile, Espanha, Estados Unidos e França.** In: 37o. Encontro Anual da Anpocs (Associação Nacional de Pós-graduação em Ciências Sociais), 2013, Águas de Lindóia. Acesso em 07/07/2015. Disponível em: http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=8581&Itemid=217

SHIRKY, Clay. **A cultura da participação: criatividade e generosidade no mundo conectado.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

THOMAS, Douglas. **Hacker Culture.** Minneapolis: University of Minesotta Press, 2002.

VALLS, Álvaro L. M. **O que é ética.** São Paulo: Brasiliense, 1994.